

Futuro do cuidado

Justiça Reprodutiva em
Tempos de Eleições

editorial

O oitavo número do Futuro do Cuidado inaugura uma nova fase deste projeto, com mudança de prisma.

Desde agosto de 2020, data da primeira edição, o subtítulo do Boletim foi “Justiça Reprodutiva em Tempos de Pandemia”. Para 2022 adotamos “Justiça Reprodutiva em Tempos de Eleições” por entender que, embora a pandemia da Covid-19 ainda nos assombre, é fundamental enfrentar os desafios democráticos do país nas Eleições de outubro para a presidência da república, os governos estaduais e os legislativos estaduais e nacional. Acompanhando a movimentação político institucional e a circulação de informações, estaremos de olho nas investidas de caráter fascista, racista e misógino que aprofundam violências, iniquidades e desigualdades no país produzindo mortes, empobrecimento, fome e desesperança. Como canal de denúncia e resistência, manteremos o foco nas políticas públicas e propostas que querem aniquilar a autonomia na vivência afetiva e sexual de adolescentes, pessoas jovens e adultas.

Direitos sexuais e reprodutivos para nós são inegociáveis. Em tempos de eleição são os primeiros a ser silenciados, ou colocados no tabuleiro de acordos políticos sob a classificação de “pauta moral ou de costumes”. Nosso posicionamento converge com o de organizações feministas que sustentam este debate, lutando por uma formulação estrutural pelo Bem Viver. Assim se expressaram organizações feministas e de mulheres mobilizadas em torno do 8 de Março Unificado, em manifestos que reforçaram o grito contra o machismo, o neoliberalismo, a feminização da pobreza, o racismo, a LGBTQIA+fobia, a criminalização do aborto e todas as investidas que agravam a situação das mulheres. A seção De Última Hora comenta a conjuntura nacional e global do Dia Internacional de Luta das Mulheres neste ano de 2022.

O acesso à contracepção e o combate à violência contra meninas e mulheres, principalmente negras e indígenas, são parte da agenda por direitos, dignidade e cidadania, que demanda o combate a privilégios. O aborto inseguro não é questão moral,

mas um problema de saúde pública e de justiça social que revela desigualdades. Com esta visão comemoramos, no Clipping, os recentes avanços no Chile, Colômbia e Equador. Somos entusiastas das redes feministas de cuidado que promovem o aborto medicamentoso autônomo e seguro, ofertando tecnologias para o cuidado em saúde reprodutiva buscadas por quem delas necessita. A eficácia dessas experiências é comprovada em um estudo de fôlego, publicado na revista Lancet Global Health, apresentado na seção Novas Descobertas Científicas.

Na mesma seção, discutimos a pesquisa da PLAN International e TEWÁ 225 sobre o que é ser menina hoje no Brasil. Quase 90% das entrevistadas (a maioria negras e indígenas) se sente feliz por ser menina, embora percebam claramente o contexto de insegurança e vulnerabilidade a que estão expostas, pelo desinvestimento e demolição de políticas públicas traçadas para a garantia de seus direitos. Ao invés dessas políticas o que assistimos, especificamente por parte do governo federal, é o caminho

conservador, excludente e alheio à realidade no trato de gênero e sexualidade. Este é o tema do Artigo da jornalista Agnes Sofia Guimarães, que analisa criticamente o Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e Gravidez na Adolescência.

No Giro pelo Brasil abordamos o apagão de dados do Ministério da Saúde e seu efeito espantoso sobre o monitoramento e planejamento da saúde de gestantes e puérperas, quando estamos diante de um quadro crescente de mortalidade materna. E discutimos também a ação contra a instrumentalização do Disque 100, canal de utilidade pública que vem sendo desvirtuado pelo governo, ao estimular sua utilização para denúncias contra funcionários/as públicos/as e instituições que não seguem a cartilha fundamentalista e negacionista oficial.

Na Caixa de Entrada voltamos ao tema do aborto medicamentoso seguro. E por fim a seção O Boletim Indica traz uma seleção de textos, vídeos e podcasts pra você aprofundar essas temáticas. Boa leitura!





8 de Março no Brasil e em outros países

No momento em que foram escritos os manifestos brasileiros para o Dia de Luta das Mulheres, ainda se duvidava da deflagração da guerra que hoje atinge o território da Ucrânia, de forma destrutiva e ameaçadora, escancarando o espírito colonialista e a incapacidade do sistema que controla o planeta de manter a paz. Ainda não tinha ocorrido a posse do novo presidente do Chile, no dia 11 de março, que instituiu no país vizinho um governo feminista e socialdemocrata, cujo espírito esteve estampado nas manifestações locais. Na Nicarágua a população em geral, e as feministas em particular, vivem momentos de terror. São fatos que nos levaram a deslocar olhar em direção a esses países.

Os manifestos brasileiros a que nos referimos foram escritos por organizações engajadas no feminismo popular e deram suporte a manifestações diversas, em todos os estados, sob a forma de passeatas (como as de [São Paulo](#), [Recife](#) e [outras cidades](#)), [instalações](#), [cirandas](#), [ocupações](#)... O primeiro foi o [Manifesto da Articulação Nacional de Mulheres Bolsonaro Nunca Mais](#), assinado por 53 organizações; e o outro o [Manifesto pela Vida das Mulheres, da Articulação de Mulheres Brasileiras](#), editado também em [cordel](#). Ambos enfatizam uma agenda que grita contra o governo, contra o machismo, o neoliberalismo, a feminização da



Instalação feminista em Natal/ RN (março de 2022)

de última hora

pobreza, o racismo, a LGBTQIA+fobia, a destruição da natureza, a invasão de terras indígenas, contra todas as formas de violência e em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, inclusive o [direito ao aborto](#).

Dentro e fora do país as russas unem forças em torno da [resistência antibélica](#). Um grande ato em São Petersburgo teve suas filmagens apagadas da internet. Os protestos estavam proibidos desde o dia 4. Pujantes na luta contra o patriarcalismo que se acentua sob o governo Putin (que vem limitando os direitos das mulheres, barrando leis contra a violência doméstica e estimulando leis homofóbicas), o grito em 2022 foi [pela paz para mulheres e homens da Ucrânia e pela liberdade](#)

[para prisioneiros políticos na Rússia](#).

Na Nicarágua as feministas [não puderam sair às ruas](#). Pelo quarto ano consecutivo a Polícia do regime Ortega-Murillo proíbe qualquer mobilização e protesto. Convocamos para a solidariedade a [nossas companheiras nicaraguenses](#):
[#LibertadParaLasPresasPolitic](#)
[#FueraOrtegaMurillo](#)
[#LibertadParaNicaragua](#).

Já no Chile [as passeatas foram retumbantes](#) e causou inveja a cerimônia na Universidade do Chile, intitulada “As universidades públicas fazem a diferença: + feminismos + igualdade de gênero + pensamento crítico”, com participações especiais de Judith Butler e Sonia Corrêa. [Vale à pena conferir](#) para se encher de ânimo.



Феминистское
Антивоенное
Сопротивление

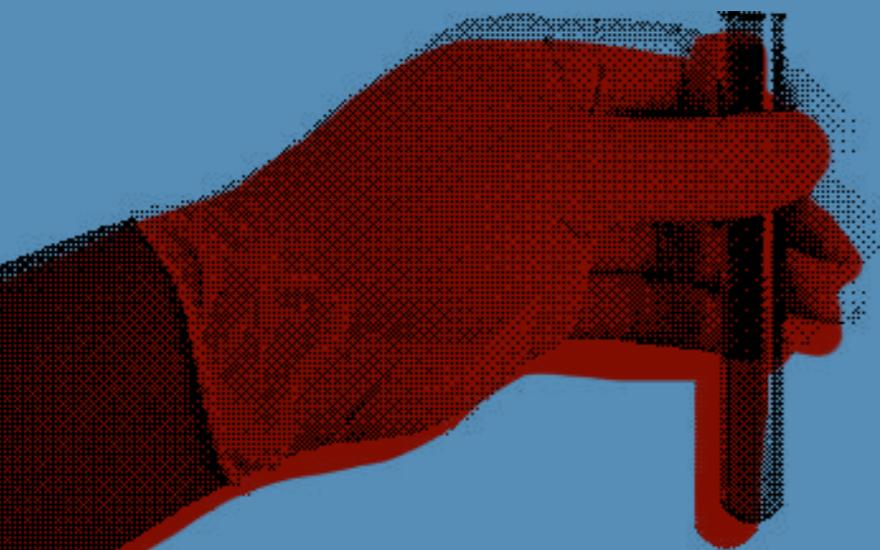
Símbolo da diversidade de gênero pela paz, escrito em russo: "Resistência feminista antiguerra"

PÍLULAS PARA COMEMORAR

- [Foi arquivado](#) em 24 de fevereiro, na Comissão de Educação da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e por pressão da bancada feminista, o projeto que concederia título de cidadã honorária à ministra Damares Alves.
- [Mais da metade das brasileiras entre 16 e 74 anos se diz feminista](#), foi o que atestou pesquisa que ouviu 1000 mulheres.
- [Retirada a obrigatoriedade da autorização de cônjuge para laqueadura e vasectomia](#) – O projeto, que também reduz a idade mínima para esterilização voluntária, foi aprovado no dia 8 de março na Câmara dos Deputados. O texto segue para o Senado.
- [OMS publica diretrizes atualizadas para a atenção ao aborto seguro](#) – Divulgado em 9 de março, por enquanto o documento está disponível somente em inglês. A nova versão amplia o acesso aos serviços ao tratar de intervenções no nível comunitário, na atenção primária e através da telessaúde, valorizando o aborto por medicamentos e a redução da burocracia. Recomenda também a [descriminalização do procedimento](#).
- [Congresso Nacional derruba veto de Bolsonaro à lei da dignidade menstrual](#) – Em 10 de março, numa sessão conjunta, foi liberada a criação da política de distribuição gratuita de absorventes higiênicos a estudantes, mulheres em situação de vulnerabilidade e/ou privadas de liberdade.

Aborto medicamentoso com acompanhamento feminista: segurança e eficácia comprovadas

Novas descobertas científicas



O aborto autoinduzido com medicamentos e acompanhado por grupos e ativistas feministas é tão efetivo quanto o aborto medicamentoso realizado em uma clínica médica. Esta é a conclusão do estudo publicado na revista científica Lancet Global Health¹, realizado pela equipe do Instituto de Pesquisa Ibis Reproductive Health, em parceria com coletivos e organizações feministas da Argentina e da Nigéria que oferecem acompanhamento a pessoas em seus abortos autoinduzidos. As conclusões valem para o uso isolado do misoprostol, ou para o uso combinado de mifepristona e misoprostol.

O tema do ativismo em apoio ao aborto autoinduzido foi tratado em artigo de Mariana Prandini Assis, resenhado no número de [abril de 2021](#) deste Boletim, e publicado [aqui](#). Esse tipo de ação emergiu como resposta feminista à negativa ou inércia dos governos em garantir acesso ao abortamento seguro e às múltiplas barreiras (legais e socioeconômicas) enfrentadas por pessoas gestantes para acessar um serviço que é essencial. Esse quadro se mostra mais agudo nos lugares onde o aborto é criminalizado, que era o caso da Argentina na época em que o estudo foi realizado e que, ainda hoje, é o caso da Nigéria.

¹ O título em português é “Efetividade do aborto autoinduzido com medicamento com apoio de acompanhamento na Argentina e na Nigéria (SAFE): um estudo prospectivo e observacional de coorte e uma análise de não inferioridade com controles históricos” (Heidi Moseson e outras). O artigo em inglês, publicado em The Lancet Global Health 10: e105-13, 2022, encontra-se [aqui](#).

O grupo pesquisado foi composto de 1.051 pessoas entre 14 e 50 anos, com gestação de quatro a 22 semanas e que realizaram um aborto autoinduzido com acompanhamento feminista. O acompanhamento foi por telefone ou pessoalmente, oferecendo informações baseadas em evidências científicas e de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS). 91% das participantes reportaram ter finalizado seu aborto sem a necessidade de recorrer ao sistema de saúde para qualquer intervenção cirúrgica. Entre as que buscaram o sistema, a maior parte foi para ter certeza de que o aborto foi completo. Somente 11% tiveram que ir a hospitais por causa de problemas como dor, sangramento, corrimento ou febre. Em síntese, o estudo demonstra que as taxas de êxito de um aborto autoinduzido com acompanhamento feminista, fora do sistema de saúde, são tão altas quanto aquelas do aborto medicamentoso em uma clínica não havendo, portanto, que se falar em inferioridade do modelo de cuidado feminista.

A conclusão do estudo que aqui apresentamos se soma à literatura científica existente, que afirma a segurança e eficácia do trabalho realizado por acompanhantes feministas, capazes de empoderar pessoas com informação suficiente para que saibam se e quando é necessário buscar atendimento clínico. Partindo deste ponto, é importante frisar que, quando pautamos a ciência e combatemos os fundamentalismos, estamos nos referindo à garantia de oferta de tecnologias para o cuidado em saúde reprodutiva que reduzam riscos e deem suporte à decisão autônoma de cada pessoa.



Ser menina no Brasil

Novas descobertas científicas

Como é ser menina e jovem nas capitais e cidades médias do Brasil? Para explorar este universo, PLAN International e TEWÁ 225 realizaram em 2021 um estudo qualitativo e quantitativo denominado “Por ser menina no Brasil”. Divulgado no início deste ano, o estudo pode ser acessado [aqui](#).

Foram ouvidas 2.589 meninas de 14 a 19 anos, sendo 54,2% negras e 0,8% indígenas (porcentagem acima da média nacional), residentes em 10 cidades de 5 regiões do país: Manaus e Maués na Região Norte, São Luís e Codó no Nordeste, Brasília e Formosa no Centro-Oeste, São Paulo e Jacareí no Sudeste, Porto Alegre e Cachoeirinha no Sul. O intuito foi dar continuidade à pesquisa feita em 2014, na qual meninas de 6 a 13 anos relataram suas percepções e maiores preocupações sobre direitos e desigualdades que afetam suas vidas. A abordagem mais recente explora de que forma as diferenças de gênero, raça, classe social e orientação sexual impactam a compreensão do que é ser menina, abrangendo o universo familiar e o mundo externo, as perspectivas e sonhos para o futuro, a sexualidade, a saúde menstrual, as violências em suas vidas.

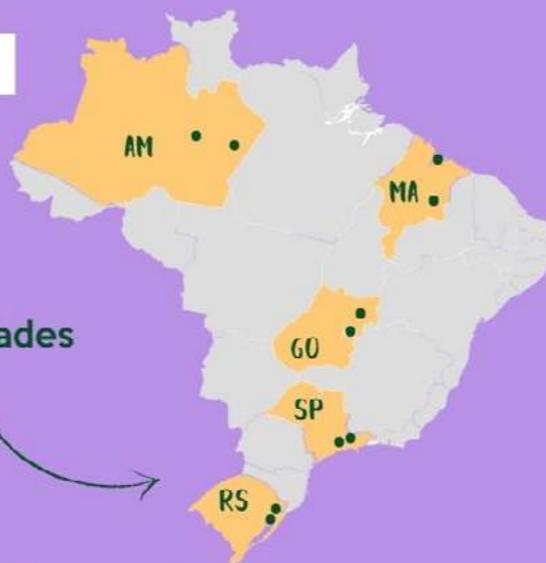
Quem são as adolescentes e jovens pesquisadas?

Universo pesquisado em 2021

2.589 meninas

14 a 19 anos

residentes em 10 cidades de 5 regiões do país



Perfil

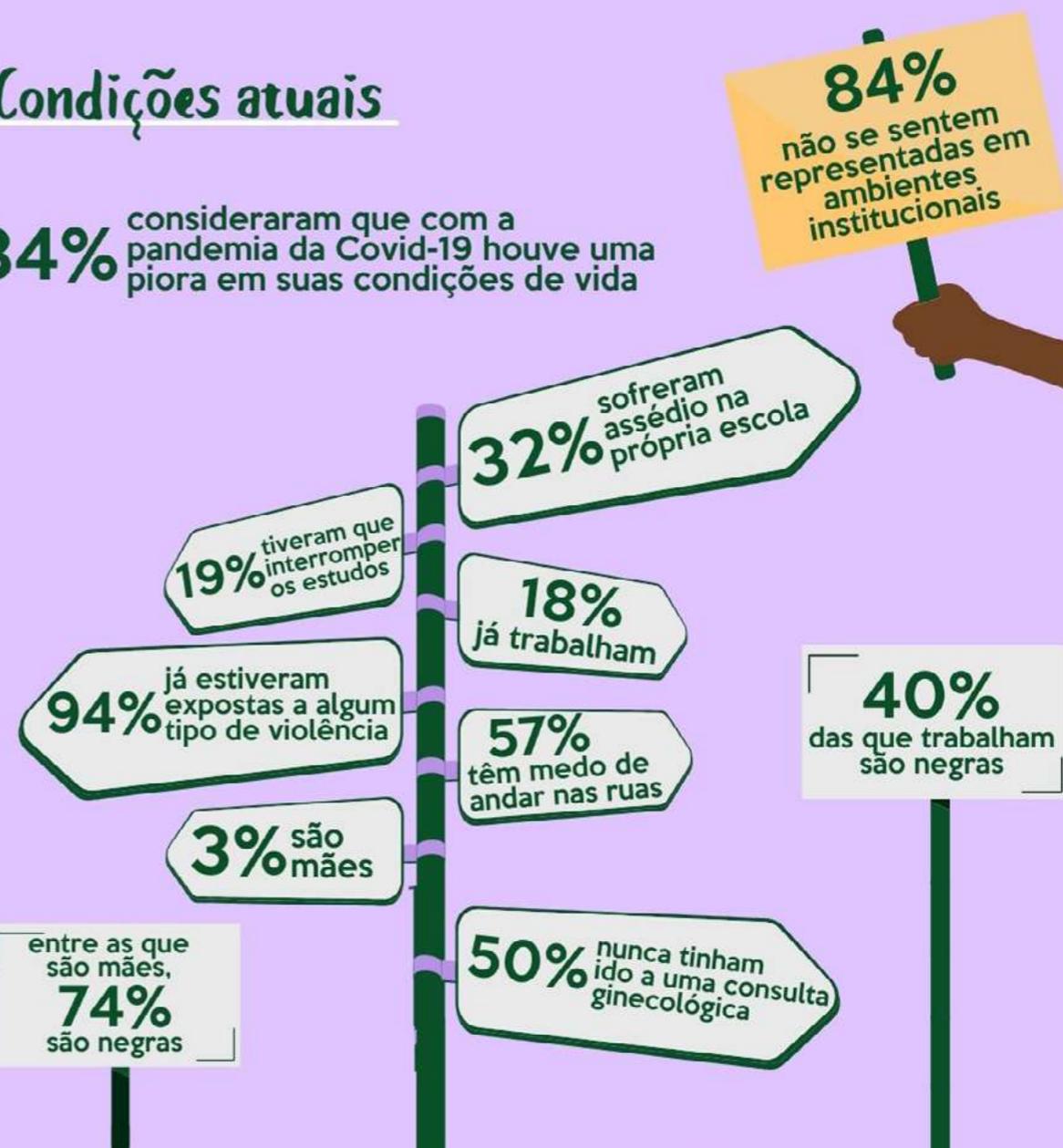
54,2%
são negras

0,8%
são indígenas

45%
outras

Condições atuais

84% consideraram que com a pandemia da Covid-19 houve uma piora em suas condições de vida



As meninas expressaram suas opiniões sobre os papéis materno e paterno em suas vidas, e sobre aspectos da vida cotidiana:

Opinião das meninas sobre os papéis materno e paterno em suas vidas



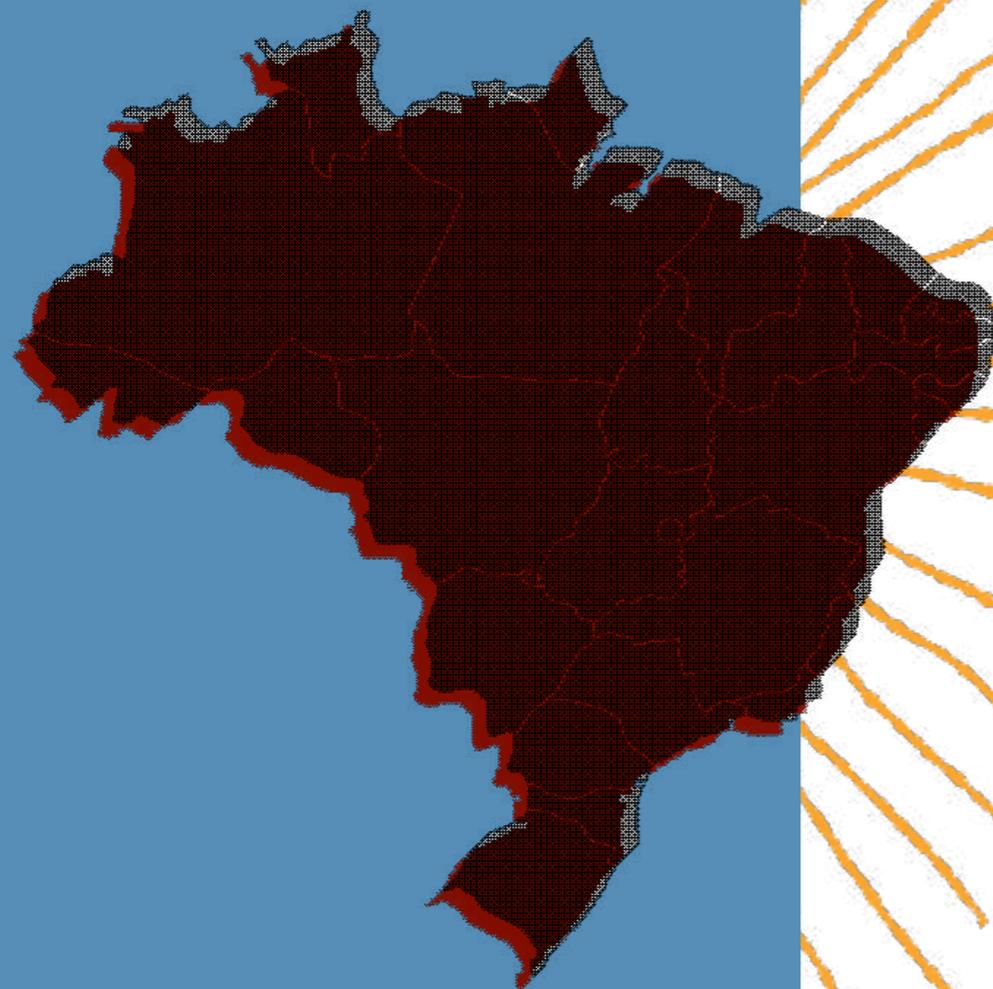
ESCOLA E HÁBITOS DO COTIDIANO

De modo geral as meninas consideram suas escolas despreparadas para lidar com questões do desenvolvimento do corpo na adolescência. Mais de 60% declaram realizar com mais frequência as atividades de navegar na internet, estudar, fazer tarefas domésticas e ver televisão/ouvir música. Percebem que estudam, usam as redes sociais, cuidam da casa, leem e participam de atividades políticas mais do que os meninos que vivem na mesma casa. Percebem também que eles brincam e se dedicam ao trabalho para ganhar dinheiro mais do que elas.

Embora 85,7% delas se sintam felizes por ser menina, “os achados realçam uma situação que é de vulnerabilidade e insegurança e que demanda respostas concretas, sob a forma de políticas públicas focalizadas e efetivas”. Recomendamos explorar este relatório de pesquisa, rico em dados e com gráficos segmentados por faixa etária e região do país. São resultados que reafirmam a realidade que há muito vem sendo desnudada e denunciada, e que ganhou contornos mais dramáticos com a pandemia da Covid 19.



Giro pelo Brasil



JUÍZA DECIDE COM BASE EM PROTOCOLO FEMINISTA

O ano começou com motivo de comemoração para uma [mãe solo](#), divorciada, quando em 5 de janeiro sua jornada de trabalho no posto de saúde da cidade foi reduzida em 10 horas semanais, para ela poder se dedicar aos cuidados do filho, de 9 anos, que é cadeirante. Ela recebe um salário mínimo e não pode pagar por quem cuide da criança. A autora da sentença foi a juíza Andrea Cristina de Souza Haus Waldrigues, da 3ª Vara do Trabalho de Lages (SC). Na justificativa, ela mencionou o Protocolo para Julgamentos com Perspectiva de Gênero, publicado em outubro de 2021 pelo Conselho Nacional de Justiça. Um exemplo que merece ser amplamente disseminado. Conheça o Protocolo [aqui](#).

APAGÃO DE DADOS AFETA MONITORAMENTO DA MORTALIDADE MATERNA

De 11 de dezembro de 2021 a 3 de janeiro de 2022, a [plataforma de dados sobre a pandemia da Covid-19 mantida pelo Ministério da Saúde](#) ficou sem atualização, segundo o Ministério em consequência de um ataque de hackers sobre o sistema federal de notificação. De acordo com [balanço publicado no site Poder 360](#), são 13 as unidades da federação que dependem integralmente do Ministério da Saúde para organizar seus dados (AL, BA, GO, MS, PB, RJ, RN, RS, RR, SC, SP, SE, TO) e seis trabalham de forma conjunta com o Ministério para sistematizá-los (AC, CE, PA, PE, PI, DF). Apenas oito estados possuem sistemas próprios de informação (AM, RO, AP, MT, MA, MG, ES, PR). Isto significa que, durante todo o período de apagão, a maior parte dos estados brasileiros ficou sem meios de organizar dados que são fundamentais para o planejamento de políticas de prevenção e de atenção, envolvendo vacinação, monitoramento dos casos positivos e internações, entre outras carências.

O [Observatório Obstétrico Brasileiro COVID-19 \(OOBr Covid-19\)](#), [criado por pesquisadoras capixabas](#) e que conta com pessoal da UFES, USP e FACENS, vem registrando o número de grávidas e puérperas infectadas ou que

chegaram a óbito na pandemia. O grupo constatou, em 14 de janeiro, uma lacuna de 42 dias sem essas informações. O registro por estado mostrou à época uma variação entre 4 e 13 dias de atraso na notificação. Isto em um período no qual se registrava nova alta das internações de grávidas e puérperas por Síndrome Respiratória Aguda Grave. É preocupante, considerando que este grupo é de alto risco e que o Brasil foi apontado como o país onde mais morreram gestantes e puérperas por Covid-19.

Ainda há questões que aguardam respostas sobre o apagão. Em meados de janeiro, a Frente Parlamentar do Observatório da Pandemia de Covid-19 [anunciou](#) que convocaria especialistas e o governo para esclarecimentos. No final do mês, o Ministro Gilmar Mendes, do STF, encaminhou à PGR [pedido de investigação sobre o apagão de dados](#).

[Especialistas apontam](#) a forte redução de gastos do Datasus como sinal do descaso com a importância do sistema, e lembram que este foi o sétimo ataque sofrido, ao longo do atual governo.

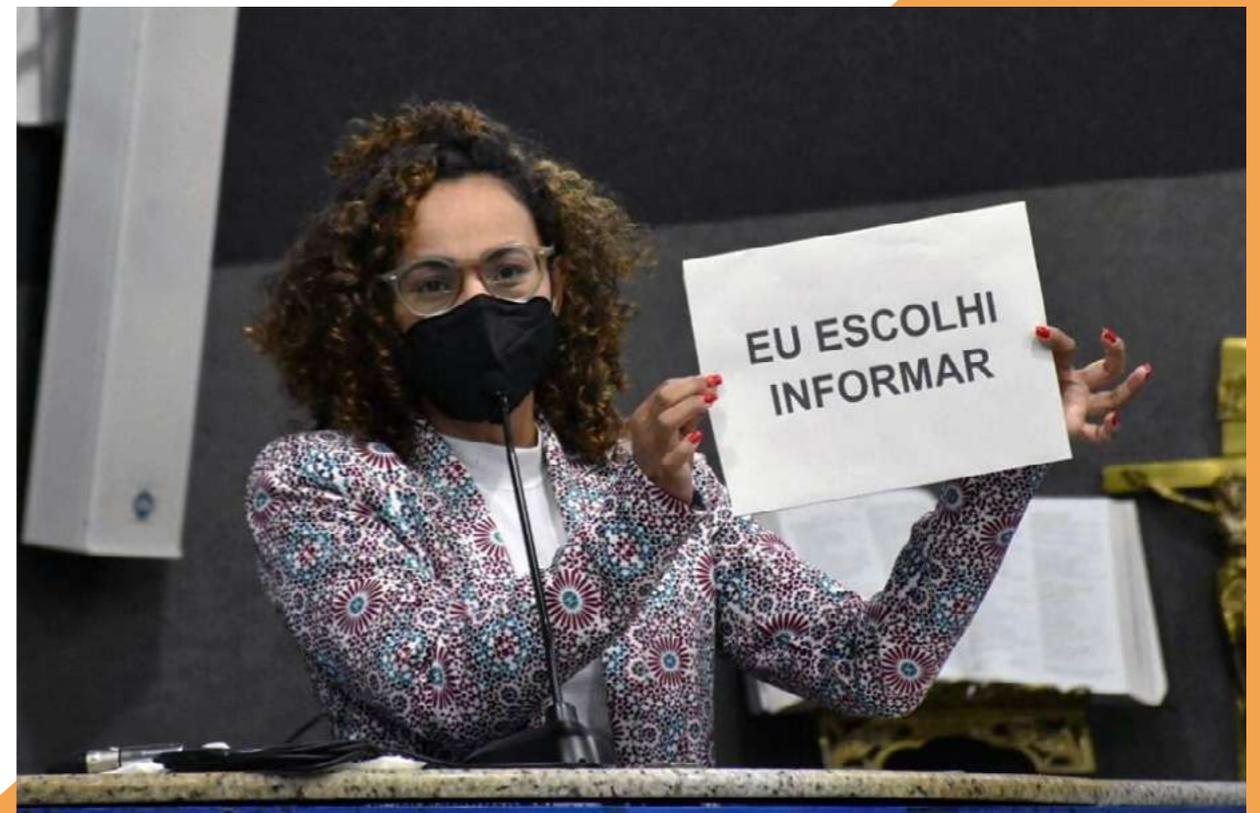
PASSO ATRÁS NA EDUCAÇÃO SEXUAL

O governo brasileiro, capitaneado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, lançou o [Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e Gravidez na Adolescência](#), após brevíssimo período de consulta pública. Esse plano vai na contramão das necessidades de jovens e adolescentes, dando concretude a um alinhamento com o que há de mais moralista, ao adotar a pregação da abstinência como melhor forma de contracepção. Isto é triste para um país que, no final da década de 1990, adotou Parâmetros Curriculares Nacionais que incluíram um [capítulo sobre Orientação Sexual](#), em que as escolas são orientadas

a trabalhar a “sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte”. O que inspira esses parâmetros é não negar, reprimir ou controlar a vivência afetiva e sexual, independentemente da idade, e sim contribuir para que jovens aprendam a se proteger e reagir a situações de violência, para tomarem decisões informadas sobre suas vidas, com acesso a meios que assegurem seus direitos, suas necessidades e seus desejos. Uma análise crítica do Plano governamental está no artigo de Agnes Sofia Guimarães, lançado neste número do nosso Boletim.

MUNICÍPIO DE VITÓRIA ESTÁ NESSE COMPASSO

Virou lei em Vitória, capital do Espírito Santo, o projeto inspirado no movimento “Eu escolhi esperar”, que segue a doutrina da abstinência sexual. De autoria do vereador Davi Esmael (PSD), o texto foi aprovado em novembro de 2021 pela Câmara do Vereadores, por nove votos a dois. Os votos contrários foram das vereadoras Camila Valadão (PSOL) e Karla Coser (PT). Embora criticado por especialistas, como mostrou [reportagem local](#), o projeto não obteve o parecer do prefeito e tampouco dos órgãos que serão responsáveis pela implementação da lei (Saúde e Educação). O prefeito Lorenzo Pazolini (Republicanos) deixou transcorrer o prazo, o que determinou que o projeto fosse devolvido à Câmara que, pela norma, pôde assim [sancionar a lei](#). A [jornalista Fabiana Tostes](#) avalia que a omissão do governo foi determinada por cautela política, uma vez que o autor do projeto é aliado do prefeito e que este tem forte apoio da base evangélica conservadora. A lei foi [promulgada em 8 de fevereiro](#).



Vereadora Karla Coser (PT-Vitória/ES) em votação do projeto 'Eu Escolhi Esperar'.

Foto: Kebim Tamanini, publicada no [Século Diário](#)

DENÚNCIA CONTRA DESMANDOS NO DISQUE 100

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde (CNTS) encaminharam ao STF, no dia 8 de fevereiro, uma [Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental \(ADPF 942/22\)](#) contra o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). A acusação é de instrumentalização do Disque 100, ao promover mudanças (ver [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#)) que, na prática, têm o efeito de invisibilizar os dados da violência contra pessoas LGBTQIA+ e estimular o uso do serviço como canal de denúncia contra pessoas e instituições que têm concepções distintas das do atual governo. As denúncias estão sendo utilizadas para acionar forças policiais e constranger profissionais de saúde e de educação no [trato de questões como exigência de carteira de vacinação, identidade de gênero e orientação sexual](#).

Este não é o objetivo do canal! [Criado em 1997 por ONGs de promoção dos direitos das crianças e adolescentes](#), em 2003 o Disque 100 se converteu em serviço do governo federal, sob a responsabilidade da então recém criada

Secretaria de Direitos Humanos. Além de denúncias, tornou-se um espaço de utilidade pública para articular a rede de atenção em todo o país, e uma fonte de dados que subsidiam o próprio planejamento das políticas públicas de enfrentamento. Com o tempo, o Disque 100 foi ampliado para acolher denúncias de outros tipos de violação dos direitos humanos. A ADPF 942/22 solicita ao STF a:

- remoção ou declaração de nulidade de mudanças que desvirtuam o Disque 100 ([Manual de Taxonomia de DHs](#) e [Nota Técnica nº 1/2022](#))
- introdução da categoria “identidade de gênero” em seus parâmetros
- introdução em seus indicadores das violações de direitos contra a população LGBTQIA+
- determinação ao MMFDH de que o encaminhamento de denúncias do Disque 100 aos órgãos policiais só aconteça na hipótese de crime tipificado em lei, devendo constar do documento o tipo penal específico.

Estamos em campanha, junto com organizações e redes feministas, pela ampla adesão a essas reivindicações e pela rápida apreciação e aprovação da ADPF 942/22. Em 12 de fevereiro o ministro Lewandowski, relator da ação, definiu prazo para que o MMFDH informe sobre as mudanças no Disque 100. Paralelamente, atendendo a “pedido incidental formulado pela Rede Sustentabilidade”, Lewandowski determinou que o Disque 100 deixe de ser usado para queixas contra a exigência de vacinação, ou para qualquer outro uso fora de suas finalidades institucionais.

Há profundas conexões desses passos do atual governo com as políticas neoliberais. Para explorar essas conexões, recomendamos a leitura de dois artigos: Ideologia de gênero como violação dos direitos humanos: justificativa para o arbítrio foi instalada no Disque 100, e Um Ministério para uma Família: distopia e “familismo 2.0”, por Andrea Moraes Alves, ambos publicados pelo SPW.

MAIS SOBRE O MMFDH

A concepção heteronormativa de família está estampada na foto de divulgação do “Concurso de artigos científicos sobre o fortalecimento de vínculos familiares em tempos de pandemia” promovido pelo MMFDH e pela CAPES. Quem vencer o concurso terá como prêmio 1 notebook e a publicação do artigo no Observatório Nacional da Família. É uma afronta assistir nossa CAPES, já combalida por altos cortes orçamentários, ser submetida a tamanha desqualificação. Recomendamos assistir a crítica de Francisco Carlo Teixeira (UFRJ) veiculada pela Associação Nacional de História (ANPUH Brasil): [aqui](#).



Foto de divulgação do concurso MMFDH/ CAPES



Trecho da campanha “Igualdade a gente constrói com atitude”, da campanha Nem Presa Nem Morta por Aborto

O artigo “Gravidez precoce e Estado: a campanha que acoberta o que realmente importa”, da jornalista e doutoranda em Linguística Aplicada pela UNICAMP, Agnes Sofia Guimarães, avalia as intenções que levaram o governo a lançar, neste mês de fevereiro, o Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e Gravidez na Adolescência. A autora traz reflexões que iluminam uma estratégia de resistência.

O Plano é identificado como peça de propaganda em ano eleitoral, afinada com estratégias atuais de “construção de realidades por meio de palavras que afagam uma crença na defesa da moral e dos bons costumes, em narrativas que partem de ideias simples e populistas para aticar políticas violentas, sobretudo, para as mulheres, para a população negra e LGBTQIA+ e outros grupos

minorizados que foram desprotegidos pelo governo atual, mas estão expostos a uma guinada conservadora que começou já no início da última década”.

A autora analisa as circunstâncias da consulta pública relâmpago em torno do Plano, que denunciam suas motivações políticas e seu posicionamento moralista, antigênero e antidireitos sexuais e reprodutivos, que agradam o eleitorado conservador e/ou religioso. Lembra que o enquadramento conservador do Plano afeta “grupos historicamente marginalizados na educação brasileira”. Trata-se de um Plano motivado pela repressão e controle da sexualidade em nome de evitar a gravidez precoce, que, para Agnes, nos estimula ao resgate de conceitos de interseccionalidade e justiça reprodutiva como caminhos para enfrentar essas investidas.

[Leia o artigo aqui!](#)



caixa de
entrada

COMO FAZER UM
ABORTO COM
MEDICAMENTOS DE
FORMA SEGURA?

Você deve estar ciente de que, enquanto a interrupção voluntária da gravidez (IVG) for criminalizada no Brasil, recorrer a um aborto fora das três situações em que ele está permitido por lei pode resultar em denúncia e prisão. Mesmo nessas circunstâncias -- risco de morte para a gestante, violência sexual e anencefalia -- sabemos que há muitas barreiras para conseguir o procedimento.

A decisão por interromper uma gravidez imprevista e não desejada em um país onde a prática é criminalizada pode nos colocar em situação de perigo e tortura. Medo, falta de informação, falta de apoio familiar e exposição a ofertas inseguras estão entre os fatores que contribuem para o aumento dos riscos, pelos quais entendemos que nenhuma pessoa deveria passar.

Por isso defendemos a descriminalização: para que a maternidade voluntária possa ser reconhecida como um direito e para que tanto a decisão de levar a termo uma gestação como a de interrompê-la possam ser acolhidas e apoiadas.

Mas estamos distantes desse reconhecimento. Enquanto isso, o que podemos recomendar é que você procure manter a calma, se aproxime ao máximo de cuidados e busque informações confiáveis, para evitar a exposição a riscos desnecessários. Peça ajuda a alguém da sua confiança. Procure redes de solidariedade que lhe ofereçam apoio. Elas existem.

Medicamentos para realizar a IVG, nos países em que o aborto está legalizado, dão mais autonomia e segurança. Está também comprovado, conforme você pode ler na seção Novas Descobertas Científicas deste Boletim, que se utilizados de forma adequada, são raros os casos de insucesso ou complicações.

A cartilha Aborto Fora do Armário apresenta recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre usos seguros e cuidados do procedimento. Você pode acessar a cartilha [aqui](#).

Se precisar conversar, saber mais sobre seus direitos e como se proteger, entre em contato com as linhas diretas:



VERA
(81) 98580 7506



EU CUIDO EU DECIDO
(61) 9208 6526



*Corpo meu
Ventre meu
Quem pariu Matheus?
Embala você ou eu?*

*Escolha dura
Vida nua
Quem me acolheu?*

*Sozinha por mais um dia
Não deixam que a escolha seja minha
Perdi mais um pouco de vida
E ainda querem que sinta agonia*

*Um corpo que padece
Faz a prece e pede
Que seja leve
Que o vento leve*

*Um corpo que quer repousar
Por cuidado e amparo
Façamos então um tratado
Sem precisar mais chorar*

*Se veste de coragem
Só você sabe o que deve estancar
Se veste de coragem
Só você sabe onde é seu lugar*

Bia Machado – para o Boletim Futuro do Cuidado
@soubiamachado



Neste número selecionamos matérias que alertam sobre como o Brasil tem se distanciado do princípio de laicidade do Estado e sobre avanços e boas novas que vêm do Chile, Colômbia e Equador.

ESTADO LAICO? É PRECISO ATENÇÃO E FORÇA

Um sobrevoo nesta questão, feito a partir do último Boletim (nov./2021), começa com o resgate do artigo de Salomão Ximenes e Sonia Corrêa publicado em dezembro (que pode ser lido [aqui](#) ou [aqui](#)). O texto menciona que muito antes da condução do “terrivelmente evangélico” André Mendonça ao STF (16 de dezembro), o Estado brasileiro já não era laico. Lembra que a posse do ministro seria um acerto de contas com a bancada evangélica no Congresso. Não à toa o (des)presidente [afirmou publicamente](#) que, mais importante do que as eleições para presidente em 2022, é a indicação para as duas vagas do STF que serão abertas em 2023. No imediato retorno do recesso parlamentar o deputado Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ) assumiu a liderança da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional e, em [entrevista à imprensa](#), focou nas eleições afirmando que 90% de integrantes da Frente apoiam a reeleição de

Bolsonaro e que os planos são de ampliar a bancada evangélica para alcançar 30% no Congresso. Este apoio se ancora na forma como o governo vem conduzindo não só as políticas nacionais, como as relações internacionais. Com a retirada dos Estados Unidos, após a derrota de Trump, o [Brasil assume liderança de aliança internacional antiaborto](#), o Consenso de Genebra. Este é um documento político, sem valor legal, assinado por países com governos retrógrados, como noticiamos [aqui](#), entre estes a Hungria do 1º ministro Viktor Orban, que Bolsonaro incluiu na agenda de sua recente visita a Putin, numa conexão que foi analisada aqui. Trata-se de uma agenda que conta com total suporte no Ministério Damares, cuja Secretária Nacional da Família, Angela Gandra, tem papel crucial nessas conexões internacionais. Em seu Instagram Gandra

publicou sua visita à Guatemala, onde conservadores religiosos estão comemorando a aprovação, em 9 de março, de uma [lei que eleva a pena de prisão por aborto, proíbe o casamento de pessoas do mesmo sexo e proíbe o ensino de diversidade sexual nas escolas](#). Fechamos este sobrevoos mencionando o constrangedor discurso proferido por Damares, em 7 de março, na abertura do Conselho de Direitos Humanos da ONU (Genebra). Em pleno início da guerra na Ucrânia ela [usou o palanque para fazer campanha eleitoral](#), elencando planos de sua “gestão doméstica”, mentindo sobre políticas brasileiras de direitos humanos e meio ambiente, e destacando o papel do Brasil no Consenso de Genebra, para reafirmar sua posição contra o aborto. É de chorar.



Charge Latuff, 2013

ONDA VERDE NA AMÉRICA LATINA

CHILE: 'SERÁ LEY!'

Em 10 de fevereiro a Comissão de Direitos Fundamentais da Convenção Constitucional chilena reconheceu por ampla maioria (24 votos a favor, 8 contrários e 1 abstenção), a iniciativa popular que contou com 38 mil assinaturas, em apoio à inclusão dos direitos sexuais e reprodutivos na nova Constituição, no Artigo 16, que afirma: “O Estado reconhece e garante a todas as pessoas seus direitos sexuais e reprodutivos, em condições de igualdade e sem discriminação, incluindo o direito ao aborto sem interferência de terceiros, instituições ou agentes do Estado”. Em 10 de março deu-se o passo seguinte, com a aprovação do Artigo 16, [“de modo geral”](#), no plenário da Convenção Constitucional (CC), com 109 votos a favor, 40 contra e cinco abstenções. Protagonistas desta conquista, as feministas permaneceram em Assembleia Permanente pela Legalização do Aborto até a aprovação “em particular”, que [ocorreu em 15 de março](#), também por ampla maioria (108 votos a favor, 39 contra e 6 abstenções). Com isto o Artigo 16 está incluído na proposta de nova constituição que a CC entregará à população em julho, para ser aprovada em plebiscito. Em meio a esses passos vitoriosos aconteceu a posse de

Gabriel Boric, o novo presidente chileno, cujo governo socialdemocrata e antipatriarcal tem maioria de mulheres nos gabinetes. A socióloga feminista Teresa Valdés, coordenadora do Observatório de Gênero e Igualdade, entende que a nova realidade chilena “no fundo significa colocar no centro das preocupações a eliminação das desigualdades, das discriminações que se produzem em relação ao fato de ser homem, de ser mulher, em nossa sociedade”. [Ela conta sobre o papel do jovem feminismo chileno nas conquistas recentes.](#)

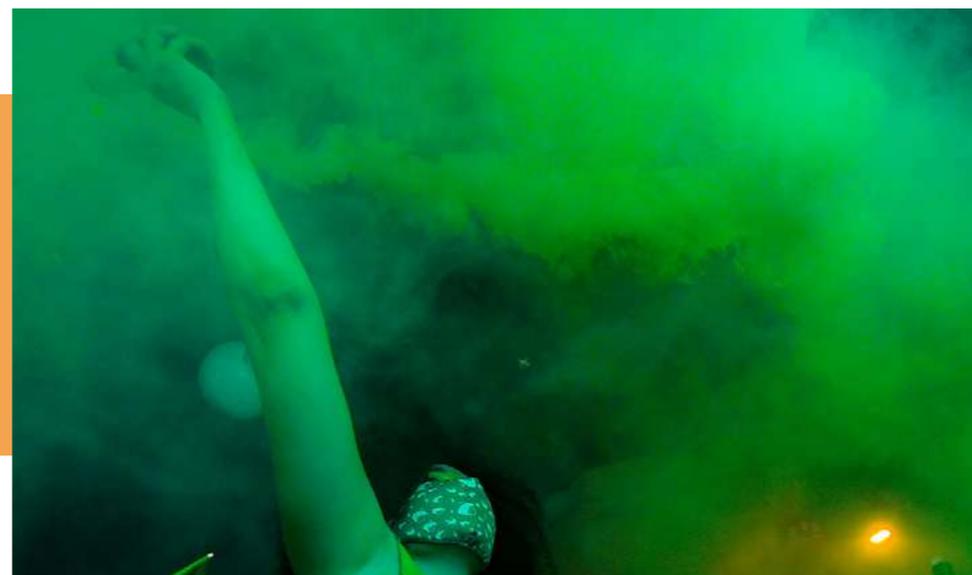


Foto: Marcelo Endelli

COLÔMBIA: VITÓRIA PARA 'CAUSA JUSTA'

[A Corte Constitucional colombiana decidiu em 21 de fevereiro, por 5 votos a 4, descriminalizar totalmente o aborto até a 24ª semana de gestação.](#) Lembramos que até 2006 a Colômbia proibia o aborto em qualquer circunstância. Naquele ano ocorreu uma primeira vitória, quando a Corte aprovou a descriminalização do aborto nos casos de estupro, risco à saúde da mulher e malformação fetal grave, tendo a advogada feminista Monica Roa um papel importante nesta vitória. Desde então centenas de organizações feministas se uniram na coalizão Causa Justa que elaborou e costurou a defesa da descriminalização total. Para saber mais leia artigo publicado pelo SOS Corpo [aqui](#). A partir de agora a luta prossegue, para que o Congresso aprove lei regulamentando a realização segura e gratuita do procedimento, a exemplo da lei argentina. Recomendamos assistir a [entrevista com Debora Diniz](#), que conta essa história em seus aspectos técnicos e humanos e os reflexos no Brasil; e também a entrevista com [Sonia Corrêa](#), sobre a reação oficial brasileira diante do avanço no país vizinho.



Foto: Nuria Bodda para Emergentes

EQUADOR

A onda verde chegou perto do Equador, país onde, até abril de 2021, o aborto só era permitido em casos de estupro de incapaz e risco de morte para a gestante. Nesta data, após anos de luta feminista, a Corte Constitucional decidiu pela descriminalização em todos os casos de estupro. [Em 17 de fevereiro deste ano a Assembleia Legislativa deu mais um passo aprovando, por 75 votos a favor, 41 contra e 14 abstenções, a lei que regulamenta esta nova situação.](#) O texto aprovado exclui a necessidade de denunciar o estupro para ter acesso ao procedimento; exclui a tutela quando se trata de menores; exclui a objeção de consciência como direito institucional (preservando apenas o direitos individual de médicos/as); leva em conta a diversidade sexual. Um ponto de crítica para as feministas são os prazos estabelecidos, considerados restritos e excludentes com relação às pessoas mais vulneráveis. Pelo texto aprovado o procedimento pode ser realizado entre 12 e 18 semanas de gestação, a depender de serem pessoas menores ou maiores de 18 anos, rurais ou urbanas, mestiças ou indígenas que vivem nos “pueblos”. Mas, como esperado, em 15 de março o recém eleito presidente Guillermo Lasso, membro da Opus Dei, [vetou parcialmente a nova](#)

[lei](#), principalmente para fixar o prazo gestacional em 12 semanas, ampliar as possibilidade de objeção de consciência e dificultar o acesso com exigências de comprovação policial, ou legal, da violência sofrida. As feministas prometem resistir. Enquanto isto para as pessoas que gestam, segue vigente a descriminalização estabelecida na sentença da Corte Constitucional.

E O BRASIL?

“Tirem os seus rosários dos nossos ovários” é o grito feminista em defesa do Estado laico, lembrado pela jornalista Cristina Serra em [artigo recente](#), onde avalia que o Brasil está mergulhado nessa “mescla, proposital e nefasta, entre política e religião”. Já Debora Diniz, [analisando os contrastes regionais](#), traz uma mensagem de esperança sobre o que pode acontecer em 2023, por termos “um dos movimentos feministas, de mulheres e de pessoas trans dos mais diversos da América Latina e Caribe”, lembrando que há uma ação constitucional à espera de julgamento no STF, a [ADPF 442](#).

o boletim indica

textos

Panorama da situação das adolescentes e jovens no cenário do distanciamento social (Pernambuco)

Documento produzido por: Grupo Curumim (2021)

[LER](#)

Saving Roe v Wade is not a US battle but one for women across the Americas

Artigo em inglês publicado no jornal The Guardian. Tema: impacto na América Latina e Caribe da possível reversão da decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos (ROE vs Wade). Autora: Mariana Prandini Assis (22/12/2021)

[LER](#)

Assistência a vítimas de violência sexual em um serviço de referência: Uma experiência de 10 Anos.

Artigo em inglês publicado na Rev. Bras. Ginecol. Obstet. Autoria: Gabriel R. de Jesus e outros (2022)

[LER](#)

A un año de la ley de aborto en Argentina

Estudo acompanha implementação da Lei 27.610. Produção: CEDES, IBIS Reproductive Health, Projecto Mirar (12/2021).

[LER](#)

Ofensivas Antigênero no Brasil – Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social

Relatório p/ Mandato do Perito Independente da ONU sobre Orientação Sexual Identidade de Gênero e DHs. Produção: ABIA, Ação Educativa, Gênero e Educação, ABGLT, ANTRA, CLADEM Brasil, Conectas DH, Núcleo de DH e Cidadania LGBTQ+ da UFMG, IPAS (2021)

[LER](#)

Política Sexual em Tempos de Pandemia – Retrospectiva 2021

Produção: Observatório de Sexualidade e Política/ SPW (02/2022)

[LER](#)

textos

Niñas no Madres – Una campaña, un movimiento

Manual em espanhol com propostas de ação na Am.Lat. s/ gravidez forçada na infância e adolescência. Campanha lançada por Anistia Internacional, Gire, Planned Parenthood e Clacai; [mobilizada por dezenas de organizações](#).

[LER](#)

Manual de Defesa contra a Censura nas Escolas (2ª edição)

Promoção: [mais de 80 organizações](#). Estratégias jurídicas, políticas e pedagógicas para o trabalho em rede contra ataques à liberdade de ensino e ao pluralismo.

[LER](#)

Esperança Feminista

Livro de Debora Diniz e Ivone Gebara. Ação feminista pensada a partir de doze verbos políticos e poéticos. Editora Rosas do Tempo. Assista [aqui](#) a live de lançamento (9/03).

[COMPRAR](#)

podcasts

O que, como, quando: por que não falamos sobre Justiça Reprodutiva?

Episódio #1. Produção: Criola, Rede Feminista de Saúde, Cunhã, SOS Corpo. Parceria: Campanha Nem Presa Nem Morta

[OUVIR](#) | [COM LEGENDA](#)

O que estamos fazendo pela Justiça Reprodutiva?

Episódio #2. Produção: Criola, Rede Feminista de Saúde, Cunhã, SOS Corpo. Parceria: Campanha Nem Presa Nem Morta

[OUVIR](#) | [COM LEGENDA](#)

videos

Mujeres Sordas: Derechos Sexuales y Reproductivos Incluyentes

Vídeos amigáveis realizados por/para mulheres surdas. Produção: Arkali Espacio Cultural/ MX. Assista clicando nos temas:

[Direitos humanos](#) | [Direito de decidir](#) |

[Direitos sexuais e reprodutivos](#) |

[Ciclo menstrual](#) | [Métodos](#)

[contraceptivos](#) | [Uso de camisinha](#) |

[Aborto](#) -

[Acompanhamento e aconselhamento](#)

Mãe - um olhar sobre a maternidade trans

Documentário (1h4min)- Dir.: Maria Sil. Experiências contadas por Alexya Salvador, Jacqueline Rocha, Roberta Goes e Yuna Vitória. Interpretação em libras. Fev 2022.

[ASSISTIR](#)

Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer

Lançamento do Livro organizado por Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, com participação de Benedita da Silva e Maria Betânia Ávila e mediação da jornalista Aline Midlej. Promoção: Clube Feminista do Bazar do Tempo (8/03)

[ASSISTIR](#)

A mulher, o Corpo, a Escrita

Hélène Cixous conversa com Flavia Trocoli e Carla Rodrigues. Um diálogo que aborda desafios da contemporaneidade. Promoção: Clube Feminista do Bazar do Tempo e Embaixada da França no Brasil.

[ASSISTIR](#)

Gênero: Necessidade de uma perspectiva interseccional

Curso de formação promovido por DPE-PR/ NUDEM. Palestrantes: Heliana Hemetério, Nálda Coelho Monte, Helena Vieira, Jaqueline Gomes de Jesus, Bruna Stefanni Soares de Araújo, Preta Ferreira, Janaína Dantas G. Gomes e Júnia Roman Carvalho.

Para assistir (interpretação em Libras):

[Feminismos Negros e Decoloniais](#)

(10/03) - [Transfeminismo](#) (17/03)

- [Mulheres no Cárcere](#) (24/03) -

[Mulheres em Situação de Rua](#) (31/03)

quem faz o boletim

Comissão editorial:

Paula Viana (Grupo Curumim); Laura Molinari (Campanha Nem Presa Nem Morta); Nara Menezes (Anis); Morgani Guzzo (Portal Catarinas); Leina Peres (Rede Feminista de Saúde); Lia Manso (Criola); Mariana Prandini Assis (Coletivo Margarida Alves)

Pesquisa:

Angela Freitas, Leina Peres

Redação

Carla Batista

Edição

Angela Freitas

Audiodescrição

Cris Kenne

Revisão

Todas

Design e Diagramação

Isabela Avellar